

# for Crescimento sem riscos políticos

## SEM AUMENTO EXPRESSIVO DA RENDA SOCIAL, ANOS 90 PODEM SER LEMBRADOS COMO DÉCADA DE ILUSÕES

ERNESTO LOZARDO

Não há crescimento econômico que se sustente com artificialismo, assim como nenhum governo se mantém sem crescimento que aumente a renda da sociedade. Crescimento sustentável depende de um conjunto de fatores.

Com a péssima distribuição de renda existente no Brasil, a sociedade pode aceitar, temporariamente, uma redução da renda familiar e se defrontar com o desemprego num voto de confiança à política do governo. Isso vem ocorrendo com o governo de FH no combate à inflação. Os fatores causadores da inflação inercial inexistem. A inflação atingiu um patamar aceitável e sem possibilidades de retornar.

Com criatividade e truques, a política de combate à inflação do real teve início com o mecanismo da URV, câmbio valorizado e desindexação da economia. Nos últimos três anos, o PIB brasileiro cresceu em média 4,3% ao ano. No entanto, no período de 1990-1996, o seu crescimento foi, em média, de 2,9%. Essa taxa é inferior à apontada pelo Banco Mundial, de 3,5%, para se reduzir o nível de pobreza na América Latina.

Nos últimos seis anos, Brasil, México e Venezuela apresentaram as piores taxas de crescimento entre os países latino-americanos. No período de 1990 a 1996, esses países cresceram a uma média de 2,8%. Nesse mesmo período, outros países da América Latina apresentaram taxas mais expressivas que o Brasil: Argentina, 5%; Chile, 7,5%; Colômbia,

4,3%; e Peru, 5%. O risco da baixa taxa de crescimento, além de não reduzir o nível de pobreza, pode levar à instabilidade política.

Os motores do crescimento econômico são os investimentos público e privado. Para o Brasil crescer a uma taxa superior a 6% ao ano precisaria ter um investimento médio da ordem de 28% do PIB, mas não ultrapassa os 17%. Incentivo ao investimento privado, seja nacional ou estrangeiro, está apoiado nas políticas públicas voltadas para o aumento da poupança em conta corrente do governo federal. Essa conta resulta do total das receitas tributárias menos os juros da dívida interna, os gastos com a Previdência, as despesas com salários, os encargos e o consumo do governo federal. Se a soma das receitas e das despesas for

positiva, resulta em aumento da poupança do governo federal. Essa poupança vem a ser a fonte de investimentos públicos.

Desde 1980, a poupança do governo é negativa, causada pelos gastos

crescentes com juros, salários e os rombos da Previdência Social. A existência de investimentos públicos não inflacionários depende das reformas da administração, da Previdência e patrimonial do Estado. Nos anos compreendidos entre 1970 e 1980, a economia brasileira cresceu, em média, 9% ao ano. A causa dessa elevada taxa foi a capacidade de poupança pública, que foi de 4,5% do PIB. Para se ter uma idéia, o principal fator do crescimento dos países conhecidos como tigres asiáticos tem sido a poupança do setor

público federal, de 8% do PIB. Com esse nível de poupança do setor público, se podem incorporar à política industrial déficits de 4% a 5% do PIB na conta corrente do balanço de pagamentos. Esse déficit assegura ganhos contínuos de produtividade industrial sem comprometer o crescimento da economia. Portanto, o primeiro passo, no curto prazo, para o crescimento expressivo e sustentável da economia brasileira vem a ser a eliminação do déficit público via reformas do setor público.

O segundo passo, também de curto prazo, vem a ser a política de abertura da economia e de expansão das exportações. A política de abertura requer uma estratégia de investimentos interno e externo que passa por critérios de prioridade com base numa política industrial de competitividade direcionada aos grandes mercados mundiais. O fato de o País estar recebendo novos e crescentes investimentos externos não implica que eles estejam qualificando a indústria nacional no aumento das exportações. É certo que investimentos externos demandam mais importações, mas é vital que eles expandam as exportações muito acima da taxa real de juros, gerando expressivos saldos na balança comercial. Ademais, investimentos externos nos setores qualificados a aumentar sua penetração nos grandes mercados dependem do realismo da política cambial. Uma política de câmbio valorizado, voltada exclusivamente para o combate de preços, mantém taxas de juros elevadíssimas, expande os gastos públicos com os serviços da dívida pública, concentra renda no setor financeiro em detrimento do emprego e da renda familiar e, conseqüentemente, reduz a competitividade econômica.

Na medida em que as reformas

apontadas se consolidem, propiciando ao Estado a condição de ser um parceiro nas estratégias de investimento com o setor privado, e mais, na medida em que haja uma política cambial realista, fortalecendo a penetração de produtos de maior valor agregado nos grandes mercados mundiais, a política de competitividade industrial consistirá, de fato, na estratégia da abertura da economia com crescimento sustentável e aumento real da renda. Essa tem sido a fórmula do sucesso de países que mais competem por investimentos internacionais, como a China, a Índia e os tigres asiáticos.

O terceiro passo, de médio prazo, é uma política educacional que elimine o analfabetismo e aumente o tempo de permanência das crianças nas escolas do ensino básico.

Crescimento mais expressivo dos países latino-americanos facilitará a entrada de recursos, tornando viável a criação do mercado comum das Américas. Nesse aspecto, o crescimento do produto e da renda da economia brasileira vem a ser o elemento-chave na definição e num fluxo maior de capital internacional para a América Latina.

O baixo nível de crescimento vigente oferece sérios obstáculos à estabilidade política brasileira, bem como a possibilidade de perdermos as oportunidades de maiores investimentos internos e externos na economia. É muito provável que FH venha a ser reeleito. Ele representa uma esperança de justiça social. Mas sem crescimento expressivo do produto e da renda social corremos o risco de alcinhar os anos 90 como a década das ilusões.

■ Ernesto Lozardo é professor de Economia da FGV-SP.